



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

WINIUS, George (St. Louis, 1928; Gainesville, 2018)

George Davison Winius, historiador da expansão portuguesa e holandesa no Índico, nasceu em St. Louis, no Missouri, Estados Unidos da América, em 1928, filho de Enno deWitt Winius e Dorothy Alice Davison. Obteve o grau de B. A. no Bodwin College, ao passo que o seu M. A. e doutoramento foram ambos levados a cabo na Columbia University. Foi nesta instituição que se começou a interessar pelos portugueses, devido às aulas sobre expansão europeia do Professor Garret Mattingly. A sua tese de doutoramento, apresentada em 1964, prendia-se com a conquista holandesa do Ceilão português, analisada do ponto de vista dos seus defensores. Viria a publicar uma obra alargada sobre o tema (WINIUS, *The fatal history of Portuguese Ceylon...*, 1971). Ainda em 1962, casara com Margaretha Maria Hofman, com quem veio a ter três filhos. Entre 1965 e 1976, foi professor na University of Florida, em Gainesville, tendo depois ingressado o corpo docente na Universidade de Leiden (nos Países Baixos) e na Brown University em Providence, Rhode Island, lecionando matérias ligadas à expansão nos séculos XVI e XVII, que eram igualmente o objeto da sua investigação.

Na visão de George Winius, a história era uma disciplina mais literária do que científica. Efetivamente, as narrativas das campanhas militares, dos jogos diplomáticos e das intrigas em Goa adquirem nas suas obras grande extensão, mas tal não significa que descure vertentes institucionais, sociais e, em menor medida, económicas. Dedicou-se a tópicos diversos dentro da temática do Índico português, desde o comércio goês de pedras preciosas ao milenarismo dos autores religiosos no Oriente. Contudo, os seus estudos mais aprofundados prenderam-se com o funcionamento do sistema imperial adotado pelos portugueses na Ásia e com o seu – alegado – declínio ou decadência.

Estas não são questões de resposta simples e Winius não pretende solucioná-las de forma definitiva. Aliás, enfatiza que o Estado da Índia Oriental, enquanto modelo imperial, foi uma construção *ad hoc*, adaptando-se às realidades encontradas e reagindo a mudanças e ameaças, não o resultado de um plano ou programa fixos. Se inicialmente seguia uma estrutura assente no monopólio régio do comércio de especiarias (que o historiador descreve como uma forma de “capitalismo régio” unicamente portuguesa) e na direção pela Coroa de toda a rede de feitorias, foi depois forçado a alterar essas e outras orientações. De acordo com o Autor, essa direção metropolitana foi, inclusive, prejudicial – o monopólio comercial dificultava aos portugueses no Oriente enriquecer por meios legítimos, fomentando a corrupção, e as grandes distâncias entre Lisboa e Goa impediam a celeridade das diretrizes da capital e o conhecimento, por parte desta, da verdadeira realidade nas *conquistas*. Winius chega ao ponto de afirmar que os sucessos alcançados por Portugal no Oriente tiveram lugar *apesar* da metrópole, não devido a esta, sendo levados a cabo por indivíduos empreendedores e conhecedores do Estado da Índia, capazes de ação decisiva – sendo o maior

deles Afonso de Albuquerque.

A perda de proeminência dos portugueses no Índico não surpreende este historiador. Se inicialmente detinham uma série de vantagens (entre elas, um superior controlo das rotas navais e a desunião dos seus inimigos asiáticos), viram os seus trunfos reduzidos pela incapacidade de fechar o Mar Vermelho ao comércio árabe e turco e, mais tarde, pela chegada de outras potências europeias, igualmente poderosas no oceano e com métodos mais modernos.

Winius identifica outros pontos fracos do império oriental português. Entre os aspetos negativos que levanta estão as dificuldades de financiamento, uma vez que a maior fonte de lucro – o tráfego da Rota do Cabo – estava reservado para os cofres régios em Lisboa, as especificidades dos postos administrativos (com nomeações baseadas em estatuto e não em mérito e durando apenas três anos), a desorganizada situação dos soldados, a escassez de capital humano e a corrupção.

Referindo-se a esta última, o Autor baseia-se obras de Diogo de Couto (*O Soldado Prático*) e Francisco Rodrigues de Silveira, que analisa criticamente. Guiando-se por estes textos e por outras fontes (tanto oficiais como relatos de viajantes), nota que a corrupção generalizada que imperava na Índia portuguesa, com constante desvio de capital, contrabando levado a cabo por oficiais e venda de ofícios, não era vista pelos contemporâneos como mero funcionamento “normal” do sistema imperial, mas sim ativamente criticada.

Embora aponte todas essas fraquezas, Winus põe em causa o conceito de “decadência” ou “declínio” do império asiático português defendido por outros autores – a seu ver, no seguimento de Diogo de Couto, e constituindo uma verdadeira “lenda negra” de venalidade e fraqueza. Aponta que a corrupção e a incapacidade dos oficiais (inclusive dos vice-reis) era a regra e não a exceção desde, pelo menos, a morte de Afonso de Albuquerque. Segundo a sua análise, o império não declinou substancialmente na sua estrutura na viragem para o séc. XVII e as perdas territoriais que veio a sofrer resultaram sobretudo do confronto com inimigos militar e organizacionalmente superiores (a Companhia das Índias Orientais holandesa) e de uma mudança do foco metropolitano para o Brasil.

Além do Estado da Índia “oficial”, o historiador interessa-se por aquilo que designa *império sombra*, constituído pelos portugueses que circulavam e se estabeleceram em regiões fora do controlo efetivo do seu reino, como a área indiana de Bengala ou as ilhas do sudeste asiático. Estas comunidades de *soldados* sem serviço e *casados* empreendedores sobreviveram em certos casos à chegada dos holandeses e ingleses e até prosperaram sob o domínio destes. Winus atribui-lhes um papel importante no alargamento da influência europeia na Ásia – inclusive superior ao do Estado da Índia propriamente dito – e apela à continuação e desenvolvimento do seu estudo. Já Luís Filipe Thomaz (“Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”, 1985) tinha enfatizado a multiplicidade de formas na “rede” portuguesa no Índico e a sua dimensão não-oficial. António Hespanha viria a aprofundar esta temática, culminando na sua paradigmática obra *Filhos da Terra* (2019), dando assim continuidade às teses de Thomaz e Winus.

De resto, é esse papel de conectores entre Ocidente e Oriente, de precursores do mundo globalizado, que George Winius parece mais apreciar nos portugueses e que, presumivelmente, o levou a dedicar-se sobretudo a este império. Elogia frequentemente, ao longo das suas obras, tanto portugueses individuais como o povo português e os seus *feitos*. Se reconhece as deficiências do sistema imperial português, é também rápido a apontar que estes não tinham exemplos prévios e desenvolveram estratégias a partir do zero, diferentes das suas experiências anteriores no Atlântico e em África, que lhes permitiram prosperar numa realidade nova, abrindo o caminho aos impérios que se seguiram, que nunca teriam surgido sem os seus predecessores portugueses.

Além do trabalho historiográfico que desenvolveu, Winius contribuiu para o campo da história da expansão europeia ao ser um dos fundadores, em 1994, do Forum on European Expansion and Global Interaction (atualmente Forum on Early-Modern Empires and Global Interactions, ou FEEGI), do qual foi também o primeiro presidente. O historiador faleceu em 2018.

Bibliografia ativa

WINIUS, George, *The fatal history of Portuguese Ceylon: transition to Dutch rule*, Cambridge, Harvard University Press, 1971; *The black legend of Portuguese India: Diogo do Couto, his contemporaries and the soldado práctico – a contribution to the study of political corruption in the empires of early modern Europe*, Nova Deli, Concept Publishing Company, 1985; (ed.), *Portugal, the pathfinder: journeys from the Medieval toward the Modern World 1300-ca.1600*, Madison, Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1995; *Studies on Portuguese Asia, 1495-1689*, Aldershot, Ashgate/Variorum, 2001 [uma compilação de artigos e capítulos de outras obras]; DIFFIE, Bailey e WINIUS, George, *Foundations of the Portuguese Empire: 1415-1580*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977.

Bibliografia passiva

HESPANHA, António, *Filhos da terra: identidades mestiças nos confins da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2019; THOMAZ, Luís Filipe, “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”, Sep. II Seminário Intern. de Hist. Indo Port. - Memória, 25, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de Estudos da História e Cartografia Antiga, 1985.

Tiago Seixas dos Santos